

UNIVERSIDADE TIRADENTES

DANIELE EZEQUIEL SANTOS
KARLA PATRÍCIA SANTOS MARTINS
MARÍLIA SILVA LOPES

**A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA REDUÇÃO DO
ANALFABETISMO FUNCIONAL**

Aracaju
2010

DANIELE EZEQUIEL SANTOS
KARLA PATRÍCIA SANTOS MARTINS
MARÍLIA SILVA LOPES

**A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA REDUÇÃO DO
ANALFABETISMO FUNCIONAL**

Artigo ou Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Tiradentes como um dos
pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em
Letras Português.

ORIENTADORA: PROF^a. MSC. MARIA LEDA DE OLIVEIRA SANTOS

Aracaju
2010

DANIELE EZEQUIEL SANTOS
KARLA PATRÍCIA SANTOS MARTINS
MARÍLIA SILVA LOPES

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA REDUÇÃO DO ANALFABETISMO FUNCIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Tiradentes como um dos pré-requisitos
para a obtenção do grau de bacharel em Letras
Português.

Aprovada em: ____/____/____.
Banca Examinadora

Aos nossos pais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter nos dado forças e iluminado nossos caminhos para que pudéssemos concluir mais uma etapa das nossas vidas.

Aos nossos amados pais, que sempre nos deram inúmeros ensinamentos essenciais na vida, pelo amor incondicional e também por acreditarem na nossa conquista. Amamos vocês!

À nossa orientadora pela paciência, compreensão, atenção em todos os momentos de organização do trabalho.

Enfim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização dessa conquista.

Nosso eterno AGRADECIMENTO!

“A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	09
2- O Processo de Alfabetização: Leitura e Escrita	11
3- Analfabetismo Funcional	13
4- Concepções de Alfabetização	16
5- Dificuldades na Leitura e na Escrita	18
6- O Papel do Professor Alfabetizador	21
7- A Práticas de leituras	22
8- Reflexões sobre as dificuldades na produção de textos	24
9- O Letramento e as Questões Sociais	27
10- Considerações finais	28
11. Referências	29

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA REDUÇÃO DO ANALFABETISMO FUNCIONAL

Daniele Ezequiel Santos

Karla Patrícia Santos Martins

Marília Silva Lopes

RESUMO

Este trabalho enfocou a importância da leitura, no contexto do analfabetismo funcional. A partir desse conceito pretendeu-se pesquisar o desenvolvimento e as práticas da leitura e da escrita no processo de redução do analfabetismo. O foco da pesquisa foi identificar e analisar as práticas de aprendizagem da leitura e da escrita no processo de alfabetização, procurando verificar as situações adversas em que as mesmas delimitam alguns cidadãos, o que corresponde a um maior desenvolvimento no processo do combate a não-alfabetização. O objetivo principal foi verificar as específicas causas desse problema, tentando entender os principais motivos que ocasionam tanta defasagem no alfabetismo. Com todas essas questões, nosso propósito é contribuir para a busca na evolução das práticas de ensino, refletindo a respeito das mesmas, afim que tenhamos uma sociedade mais consciente do seu valor.

PALAVRAS- CHAVE

Analfabetismo funcional, leitura, letramento.

ABSTRAT

This study focused on the importance of reading in the context of functional illiteracy. From this concept was intended to research the development and practice of reading and writing in the process of reducing illiteracy. The focus of the research was to identify and analyze the practices of reading and writing in the literacy process, trying to verify the adverse situations to which they enclose some citizens, which represents a further development in the process of fighting non- literacy. The main objective was to determine the specific causes of this

problem, trying to understand the main reasons that cause so much lag in literacy. With all these issues, our purpose is to contribute to the search in the evolution of teaching practices, reflecting on them, so we have a society more aware of their value.

KEY- WORDS

Functional illiteracy, reading, literacy.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa estabelecer uma análise dos possíveis desafios lançados às práticas de leitura, dirigidas ao processo de alfabetização e letramento, direcionados ao tema do analfabetismo funcional.

Não é difícil nos depararmos com pessoas que mesmo sendo “alfabetizadas” não conseguem compreender mensagens simples, como um anúncio de jornal, um aviso, ou ainda, com universitários de variadas áreas, humanas, exatas que sentem dificuldade em interpretar textos ou enunciados de questões numa prova, em concursos, o que os leva a obterem resultados bem abaixo do desejado. A partir daí, chega-se a uma conclusão: Compreensão envolve muito mais que decodificação, não basta saber ler para entender o que está sendo lido. Quando falamos de analfabetismo no mundo, falamos da incapacidade de ler e escrever e também do que as pessoas são capazes de fazer sem essas habilidades. É notável o nível de dificuldade de sobrevivência neste mundo sem que tenha um domínio da linguagem do país a que pertencemos, da língua pátria. Não estamos falando das inúmeras possibilidades que se apresentam para quem domina vários idiomas, estamos falando da premissa básica de se entender um bilhete, uma lista de compras, um aviso de área perigosa ou a contra indicação de um remédio.

Este trabalho se justifica pela abrangência do problema e pela necessidade de se divulgar atitudes e atividades que parecem se encaminhar na direção certa. Segundo a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, mais de 960 milhões de adultos são analfabetos, sendo que mais de 1/3 dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso e às novas tecnologias que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a adaptar-se às mudanças sociais e culturais.

De acordo com esta declaração, o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados e em desenvolvimento. No Brasil, 75% das pessoas entre 15 e 64 anos não conseguem ler, escrever e calcular plenamente. Esse número inclui os 68% considerados analfabetos funcionais e os 7% considerados analfabetos absolutos, sem qualquer habilidade de leitura ou escrita. Apenas 1 entre 4 brasileiros consegue ler, escrever e utilizar essas habilidades para continuar aprendendo.

Por isso, baseados nos dados acima, pretendemos fazer uma reflexão a cerca do analfabetismo funcional que descreve a falta de aptidão adequada para a leitura e a escrita em uma sociedade em que o entendimento e uso da informação traduzem nível e qualidade de vida.

O objetivo de maior relevância é colaborar na construção de idéias acerca do termo letramento e na reflexão sobre as questões sociais que envolvem o cidadão de uma sociedade grafocêntrica. A escola não consegue sozinha cumprir a missão de alfabetização e letramento. Neste sentido este trabalho busca enfatizar a *inclusão da prática da leitura e os fatores que podem influenciar para a melhoria na redução do analfabetismo funcional*. Configura-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico que busca na literatura existente os textos e obras que ajudam a esclarecer o problema.

O primeiro, uma abordagem conceitual sobre a aprendizagem e o letramento, sobre a diferença entre letramento e alfabetização de leitores.

O segundo reflete sobre a leitura, a escrita e a falta de entendimento, configurando assim o analfabetismo funcional.

O terceiro discorre sobre a interpretação, o gosto pela leitura e a formação de bons leitores. Reflete como a boa leitura passa sim pela decodificação das regras lingüísticas, mas passa também pela leitura das entrelinhas e da socialização.

A partir destas considerações esperamos responder questões que ampliem nosso conhecimento sobre perguntas específicas como: Qual a competência mínima que uma pessoa precisa possuir para ser considerada alfabetizada? Qual a diferença entre alfabetização e letramento? E por fim, e talvez o mais importante, que práticas funcionam e o que deve ser feito para reverter esta situação desse tipo de analfabetismo?

É um trabalho relevante na medida em que se deve divulgar a ideia de um processo de leitura e escrita, a partir do momento em que se acredita que a leitura é um instrumento de desenvolvimento que proporciona a melhoria da qualidade da educação. Tentando assim oferecer alguns subsídios que atuem no desenvolvimento da mesma,

contribuindo para a integração social e permitindo uma mudança na sua leitura de mundo e na sua história pessoal.

2. O Processo de Alfabetização: Leitura e Escrita

A leitura é o meio que dispomos para adquirir informações e desenvolver reflexões críticas sobre a realidade. O aprendizado da leitura é uma tarefa contínua e permanente que se enriquece com novas habilidades à medida que se vão dominando adequadamente textos escritos cada vez mais complexos.

Conforme a atitude assumida durante o ato de ler, pode-se absorver e aprofundar as ideias e /ou tornar-se alienado perante a sociedade. Diante disso, o leitor deve ter como prática uma postura sistemática para uma melhor assimilação, pois a compreensão do texto dará subsídios para ser transmitida a mensagem lida, tanto oral quanto escrita, e para construir seu próprio conhecimento. No entanto, a falta de leitura dificulta o entendimento, tornando o leitor passivo por não aprender as informações sendo apenas um decodificador, sem condições de se capacitar para a criação de uma nova mensagem e transmiti-la a outras pessoas.

Ler é uma atividade extremamente complexa e envolve problemas não só semânticos, culturais, ideológicos, filosóficos, mas até fonéticos. Podemos ler sequências de números de maneiras diferentes, dependendo daquilo a que se referem. Alguns alunos tem dificuldades na matemática porque não sabem ler os números corretamente. A combinação de algarismos expressa por si, no todo, realidades matemáticas que tem propriedades específicas. Não basta ensinar só as relações matemáticas: é preciso ensinar também o português que a matemática usa.

Tudo o que se ensina na escola está ligado à leitura e depende dela para se manter e se desenvolver. A leitura é a extensão da escola na vida das pessoas. A maioria do que se deve aprender na vida terá de ser conseguido através da leitura fora da escola. O ato de ler é uma herança maior do que qualquer diploma.

"... A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela linguagem e realidade se prende dinamicamente. A compreensão de texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e contexto." (Paulo Freire, A importância de ler, p.11-2).

Freire explicita a intrínseca relação estabelecida entre o texto e o contexto que não podem ser compreendidos de maneira isolada, pois o sentido e o significado de cada um se esvaziam e perdem seu valor.

A leitura é, pois, uma decifração e uma decodificação. O leitor deverá em primeiro lugar decifrar a escrita, depois entender a linguagem encontrada, em seguida decodificar todas as implicações que o texto tem e, finalmente, refletir sobre isso e formar o próprio conhecimento e opinião, sem decifração não funciona adequadamente, assim como sem a decodificação e demais componentes referentes à interpretação, se torna estéril e sem grande interesse. A leitura é uma atividade estritamente lingüística, e a linguagem se monta com a fusão de significados com significantes.

Quando lê, uma pessoa precisa, em primeiro lugar, arranjar as ideias na mente para montar a estrutura lingüística do que vai dizer em voz alta ou simplesmente passar para sua reflexão pessoal ou pensamento.

Em ambos os casos, a passagem pela estrutura lingüística é essencial. Sem isso, não existe linguagem e, portanto não pode existir fala nem leitura de nenhum tipo. (CAGLIARI, 1982)

O ato de ler é uma necessidade concreta para a aquisição de significados e, conseqüentemente, de experiências nas sociedades onde a escrita se faz presente. Porém para esse ato ser qualificado de crítico, sempre deve envolver a constatação, reflexão e transformação de significados a partir do diálogo e confronto de um leitor com um determinado documento escrito, pois a leitura sem compreensão é pura e simplesmente uma ação mecânica.

Escrever e ler são duas atividades de alfabetização conduzidas mais ou menos paralelamente. Ensina-se a ler e escrever letras, famílias silábicas, palavras, frases e textos. O objetivo da escrita é a leitura, mas quem vai escrever só é capaz de fazê-lo se souber ler o que escreve. Portanto a leitura é uma habilidade que precede a própria escrita. As vezes, ler é um processo de descoberta, como a busca do saber científico. Outras vezes requer um trabalho paciente, perseverante, desafiador, semelhante à pesquisa laboratorial.

O ensino do português tem sido fortemente dirigido para a escrita, chegando mesmo a se preocupar mais com a aparência da escrita do que com o que ela realmente faz e representa. A escrita, seja ela qual for, tem como objetivo primeiro permitir a leitura. A leitura é uma interpretação da escrita que consiste em traduzir os símbolos escritos em fala.

Ler é um ato lingüístico diferente da produção espontânea de fala sobre um assunto qualquer. Ler é condicionado pela escrita, mesmo que a restrição seja somente

semântica. É exprimir um pensamento estruturado por outra pessoa, não pelo leitor falante.

Emília Ferrero (1996) assim expressa:

“Qualquer escrita é um conjunto de marcas gráficas intencionais, mas qualquer conjunto de marcas não constitui uma escrita: são as práticas culturais de interpretação que transformam essas marcas em objetos simbólicos e lingüísticos”.

A escrita se diferencia de outras formas de representação do mundo, não só porque induz à leitura, mas também porque essa leitura é motivada, isto é, quem escreve, diferentemente, por exemplo, de quem desenha, pede ao leitor que interprete o que está escrito, não pelo puro prazer de fazê-lo, mas para realizar algo que a escrita indica.

É necessário que se compreenda que leitura e escrita são práticas complementares, fortemente relacionadas, que se modificam mutuamente no processo de letramento- a escrita transforma a fala e a fala influencia a escrita. São práticas que permitem ao aluno construir seu conhecimento sobre os diferentes gêneros, sobre os procedimentos mais adequados para lê-los e escrevê-los e sobre as circunstâncias de uso da escrita.

A relação que se estabelece entre leitura e escrita, entre o papel de leitor e de escritor, no entanto, não é mecânica: alguém que lê muito não é, automaticamente, alguém que escreve bem. Pode-se dizer que existe uma grande possibilidade de que assim seja. É nesse contexto- considerando que o ensino deve ter como meta formar leitores que sejam também capazes de produzir textos coerentes, coesos, adequados e ortograficamente escritos- que a relação entre essas duas atividades deve ser compreendida.

O domínio da leitura e escrita é condição essencial para enfrentar as experiências do mundo contemporâneo, já que amplia o acesso às informações sobre diversos fatos do cotidiano, possibilita a tomada de decisões consciente e tem participação ativa dos indivíduos na sociedade.

3. Analfabetismo Funcional

Analfabeto era a denominação dada ao indivíduo que não sabia ler nem escrever. Hoje o conceito de analfabetismo ficou muito mais amplo, os milhões de jovens brasileiros de 18 a 29 anos sem escolaridade básica, os mais de 800 mil que são analfabetos e os mais de oito milhões que se evadiram ou desistiram da escola antes de completar o primeiro ciclo, são melancólica antecipação de que serão longos os anos das muletas sociais em que se escora o país. Hoje não basta somente saber ler e escrever, em pouco mais de uma geração, saltamos

da escrita manual e da máquina de escrever para o computador, e outras transformações. Por isso mesmo, a definição de analfabetismo se tornou muito mais ampla, o que torna os números dessas estatísticas oficiais uma subestimação do índice de analfabetismo moderno, real e crescente, e torna seus critérios antiquados. Quem é até culto hoje poderá ser inculto amanhã, em conseqüência de uma nova descoberta, uma nova invenção, novos instrumentos de relação com o conhecimento acumulado. O aparecimento e a difusão do computador pessoal tornaram quase analfabetas da noite para o dia milhões de pessoas no mundo inteiro, que tiveram de correr para as escolas de computação para aprender a nova linguagem e o manuseio dos comandos que permitiriam fazer a passagem da cultura manuscrita anterior para a nova cultura computacional.

Hoje, é analfabeto também quem sabe ler e escrever, quem frequentou sem fuga o primeiro ciclo - mas não sabe pensar, no cotidiano, segundo as regras modernas de pensamento, quem não tem a cultura básica que permita manusear um computador, ler um livro, ler um jornal, compreender a imagem que vê na televisão, conhecer e respeitar os sinais e as regras de trânsito, os direitos do outro, a vital reciprocidade da sociedade moderna. A rapidez da criação e da transformação cultural num certo sentido barbariza os que não conseguem acompanhar as mudanças. E assim surge um novo conceito: o analfabetismo funcional.

Analfabetismo funcional é a denominação dada às pessoas que sabem ler, escrever, algumas até com nível superior, porém incapazes de desempenhar funções básicas como, interpretar um texto, escrever uma carta com coesão, ou seja, somente decodificam as letras.

Compreensão envolve muito mais que decodificação. De nada adianta saber a fórmula que se utiliza para resolver determinado problema se não se sabe como solucioná-lo. É preciso, primeiramente, compreender o que se pode montar o problema, utilizando as devidas fórmulas, para finalmente se chegar à resposta. Do mesmo modo, não basta saber ler para entender o que está sendo lido.

De acordo com o INAF (Instituto Nacional de Analfabetismo Funcional) existem três níveis distintos de alfabetização funcional: rudimentar, básica e plena, que são medidas através das habilidades que uma pessoa possui em matemática (numeramento) e leitura/escrita (letramento), o que de fato nos interessa.

Analfabeto - não consegue realizar tarefas simples que envolvem decodificação de palavras e frases;

- **Nível 1** - Analfabetismo nível rudimentar: corresponde à capacidade de localizar informações explícitas em textos muito curtos, cuja configuração auxilia o reconhecimento do conteúdo solicitado. Por exemplo, identificar o título de uma revista ou, em um anúncio, localizar a data em que se inicia uma campanha de vacinação ou a idade a partir da qual a vacina pode ser tomada;

- **Nível 2** - Analfabetismo nível básico: corresponde à capacidade de localizar informações em textos curtos (por exemplo, em uma carta reclamando de um defeito em uma geladeira comprada, identificar o defeito apresentado; localizar informações em textos de extensão média); e

- **Nível 3** - Analfabetismo nível pleno: corresponde à capacidade de ler textos longos, orientando-se por subtítulos, localizando mais de uma informação, de acordo com condições estabelecidas, relacionando partes de um texto, comparando dois textos, realizando inferências e sínteses.

Somente o nível pleno é considerado satisfatório, pois, permite que a pessoa possa utilizar com autonomia a leitura como meio de informação e aprendizagem, tornando-se um elemento independente dentro da sociedade e de qualquer grupo, já que têm meios suficientes para argumentar, questionar, reivindicar e até mesmo para se informar sobre determinado assunto.

No entanto, o nível de alfabetização de nosso país encontra-se bem distante dessa realidade. Segundo dados do INAF (Instituto Nacional de Analfabetismo Funcional) o analfabetismo funcional atinge cerca de 68% da população, 30% no nível 1 e 38% no nível 2. Somando os 7% da população que é totalmente analfabeta, temos que 75% dos brasileiros não possuem o pleno domínio da leitura, ou seja, apenas 25% estão no nível 3 de alfabetização.

A esse fato está ligada uma série de fatores: a baixa qualidade de ensino ofertada nas escolas (tanto pública quanto privada); o baixo salário e a desvalorização dos professores, o que acaba desmotivando-os; a aprovação automática; a falta de hábito de leitura da população, o interesse pela quantidade e não pela qualidade de ensino, entre outros. Porém em nossa ótica o fator mais relevante é a falta do incentivo e estimulação para o uso da leitura.

O estudo da linguagem, baseado na leitura, produção e interpretação de textos no conhecimento dos aspectos gramaticais, esse é o tipo de ensino que trará uma diminuição significativa para o analfabetismo funcional.

O fato é que nem sempre os professores fazem uso de tais recursos de maneira adequada, ao invés de abordarem o incentivo a leitura, limitam-se a reproduzir o que está

contido no livro didático, enchem os alunos com regras que em sua maioria, não terão nenhuma utilidade, para a formação social e profissional do indivíduo.

No entanto, não podemos culpar os professores pelo fracasso da educação, já que eles também são vítimas da falta de qualificação necessária e falta de recursos materiais e estruturais para desempenharem os seus papéis. Seria preciso uma reforma completa nas instituições de ensino, públicas e privadas, para que pudessem aos poucos mudar suas retrógradas formas de avaliações e incentivo a competições que transformam os alunos em verdadeiros robôs que repetem regras, símbolos e sinais, mas que não tem ideia para que servem.

4. Concepções de Alfabetização

Um dos maiores desafios na educação atual é justamente a transformação dos nossos educadores, peça chave para a melhoria da alfabetização em nosso país. Diante de tantas mudanças é imprescindível a adaptação do educador neste novo perfil da sociedade, onde se teoriza muito as mudanças, porém pouco se é praticado. Vários fatores dificultam a melhoria do ensino em nosso país, principalmente o público. Como se alinhar as novas tecnologias se não há computadores? Como trabalhar a leitura se na há bibliotecas suficientemente equipadas para atender a demanda dos alunos? Ou o pior, às vezes nem o básico, como pincel e apagador. É diante deste contexto social que iremos discutir adiante as concepções de alfabetização.

Para analisarmos o processo de alfabetização, precisaremos conhecer um pouco o papel dos sujeitos envolvidos nesse processo: Educador, aluno e a família.

O papel do educador em sala de aula vai muito além das técnicas pedagógicas. Para que o mesmo desempenhe o seu papel, ele precisa conhecer a realidade de cada aluno dentro do seu contexto social e familiar, precisa entender que a sala de aula é heterogênea, porém, é papel dele trabalhar para que o conhecimento seja acessível a todos, reconhecendo as diferenças e dificuldades de cada um. Além disso, o educador não pode esquecer-se de que eles são referências para os seus alunos, que o papel ético e moral são fundamentais para o bom desempenho dos seus objetivos em sala de aula.

É papel também do professor, incentivar os seus alunos para a busca de novos conhecimentos através da leitura, e levá-los sempre a questionamentos e reflexões à cerca dos assuntos decorrentes do cotidiano deles próprios, levando-os a pensar e se sociabilizarem. Nos

dias de hoje não deveria mais existir a busca somente de boas notas através da codificação das palavras e decorando conteúdos.

O ensino de hoje não é mais fundamentado em decodificações, está voltado para que o aluno possa contextualizar, interpretar os conteúdos com suas realidades, para que possam discutir sobre os assuntos ministrados em sala de aula e mais tarde não se tornarem analfabetos funcionais.

O papel do aluno está totalmente ligado ao papel da família, pois a criança na fase de alfabetização depende muito do adulto, no caso os pais, para orientá-la, no processo de aprendizagem.

A família é a base de qualquer educação, é através desta instituição que a criança construirá seus valores e personalidade, mais tarde sociabilizando no processo escolar. É papel dos pais orientar e dialogar com os filhos ajudando-os e mantendo um ambiente familiar propício para que a criança se desenvolva normalmente. É um dos maiores desafios hoje para a melhoria na alfabetização, seja ela infantil ou de jovens e adultos, a interação coma família, somente iremos conseguir vencer este desafio quando a sociedade assumir o seu papel enquanto responsável também pela educação dos filhos. É importante o estudo dessa problemática para a inclusão desses pais no processo de alfabetização, pois aí sim teremos como utilizar o contexto sócio-cultural dessas crianças a favor da alfabetização.

Analisaremos abaixo os conceitos das novas tendências liberais pedagógicas da educação de acordo com Maria José Azevedo Araújo (2010).

- **TRADICIONAL-** Está centrada no educador que é guia exclusivo do ensino. A metodologia dá ênfase a exposição oral dos conteúdos, memorização, repetição. Sua função é transmitir um conhecimento, acabado, dogmático, sob a didática da disciplina com muita obediência e silêncio.
- **RENOVADA** – Ligada ao movimento da escola nova, está centrada no aluno como ser ativo e curioso. O importante não é o ensino, mas o processo de aprendizagem. O educador é facilitador da aprendizagem baseada no interesse do aluno.
- **TECNICISMO EDUCACIONAL** – Inspirado nas teorias behavioristas da aprendizagem sistêmica do ensino. Defini-se pela prática pedagógica e controlada com atividades mecânicas inseridas numa proposta educacional rígida e programada em detalhes. O que é valorizado não é o educador nem o aluno, mas a tecnologia, o planejamento, a

perfeição dos meios utilizados. O educador passa a ser mero especialista na aplicação de técnicas adequadas. O aluno é reduzido a um ser reagente a estímulos de fora, dando as respostas esperadas pelo sistema.

- **TENDÊNCIA LIBERTADORA** – Está pautada na discussão de temas sociais e políticos e em ações de intervenção sobre a realidade imediata. O educador é um coordenador das atividades que organiza e atua conjuntamente com os alunos.
- **TENDÊNCIA CRÍTICO-SOCIAL DOS CONTEÚDOS** – Retoma a ênfase ao saber sistematicamente elaborado, como instrumento de mobilização e de participação nas lutas sociais. É através dos conteúdos que se conhece a realidade e as formas possíveis de intervenção.
- **TENDÊNCIA CONSTRUTIVISTA**- Configura-se numa série de princípios explicativos do desenvolvimento e da aprendizagem humana. Baseada na psicologia genética reconhece a participação construtiva do aluno e, ao mesmo tempo, a intervenção do educador para a aprendizagem de conteúdos específicos. Traz uma visão de conhecimento como complexo, provisórios e inacabado. Os conteúdos não são finalizados em si mesmo, mas meios para a aquisição e desenvolvimento de capacidades. O aluno passa a ser sujeito da sua própria formação em um complexo processo interativo em que o educador também é visto como sujeito.

Fazendo uma breve análise nas tendências acima, nos chama a atenção duas concepções de alfabetização: a tradicional, que infelizmente é o que ainda temos em grande maioria das nossas escolas e a construtivista, onde o aluno passa realmente a ser um sujeito ativo dentro do processo de ensino-aprendizagem, onde ele mesmo constrói suas ideias.

5. Dificuldades na Leitura e na Escrita

Na necessidade de interagir com a diversidade de signos lingüistas, o indivíduo se depara com o ato de ler. Ler é muito mais do que extrair a significação de um texto. Assim, a leitura está embutida em todas as experiências vivenciais e cobra do leitor a sua percepção e sensibilidade.

Não se formam leitores nas escolas se não houver material de leitura diversificado. Quando os alunos não possuem a aproximação com bons materiais de leitura, bons no sentido de lhes despertar o interesse, e com adultos leitores, sistematicamente, quando não participam da prática em que ler é uma constante, estes alunos apresentam uma grande dificuldade para escrever textos.

A aquisição da linguagem deve ser então compreendida como um processo de internalização do discurso exterior em discurso interior, como produto da atividade social que sofre os condicionamentos próprios dos múltiplos determinantes culturais e sócio-históricos, que permeiam as relações sociais em diferentes momentos da vida dos grupos em sociedade.

A aprendizagem e a construção do conhecimento são processos naturais e espontâneos do ser humano que desde muito cedo aprende a falar, andar, pensar, garantindo assim a sua sobrevivência.

É também considerado um processo natural, que resulta de uma complexa atividade mental, na qual o pensamento, a percepção, as emoções, a memória, a motricidade e os conhecimentos prévios estão envolvidos, e onde a criança deva sentir o prazer em aprender.

A aprendizagem escolar é considerada um processo natural da criança, porém muitos alunos sentem grandes dificuldades com relação à leitura e à escrita.

“A escola é o lugar, onde a criança convive com outros da mesma idade, interesses, conhecimento e necessidades que podem ser compartilhadas. Todavia, não se costuma aproveitar essas situações de intercâmbio que se dão espontaneamente por julgar que atrapalham a disciplina e dificultam o ensino. Se reconhecemos que os conhecimentos infantis são determinados pelas possibilidades de assimilação do sujeito e pelas informações do meio, podemos admitir que é num contexto de socialização que as crianças irão confrontar diferentes pontos de vista e construir seus conhecimentos. Cabe à escola possibilitar à criança vivenciar situações que irão favorecer conflitos – cognitivos e soltos conceituais em direção à apropriação da escrita / leitura. (FERREIRO e TEBERASKY, 1985, p. 08)

Da mesma forma que a leitura não corresponde a uma mera “decodificação” dos símbolos gráficos, a escrita também não se reduz ao processo inverso de “codificação”, ou seja, de simples transformação de fala em escrita.

A escrita é uma forma de representação da linguagem oral e, como tal, escrever também diz respeito a um ato de significar, de representar ideias, conceitos ou sentimentos através de símbolos, mas de ordem gráfica, e não sonora. Porém, embora corresponda a um sistema de representação da oralidade, a escrita não se limita a ser uma simples transição daquilo que é falado, possuindo características próprias que precisam ser compreendidas pela criança que aprende a escrever.

Os distúrbios de aprendizagem na área da leitura e da escrita podem ser atribuídos pelas mais variadas causas.

Orgânicas: cardiopatias, encefalopatias, deficiências sensoriais (visuais e auditivas), deficiências motoras (paralisia infantil, paralisia cerebral etc.), deficiências intelectuais (retardamento mental ou diminuição intelectual), disfunção cerebral e outras enfermidades de longa duração.

Psicológicas: desajustes emocionais provocadas pela dificuldade que a criança tem de aprender, o que gera ansiedade, insegurança e autoconceito negativo.

Pedagógicas: métodos inadequados de ensino; falta de estimulação pela pré-escola dos pré-requisitos necessários à leitura e à escrita; falta de percepção, por parte da escola, do nível de maturidade da criança, iniciando uma alfabetização precoce; relacionamento professor-aluno deficiente; não-domínio do, conteúdo e do método por parte do professor; atendimento precário das crianças devido à superlotação das classes.

Sócio-culturais: falta de estimulação (criança que não faz a pré-escola e também não é estimulada no lar); desnutrição; privação cultural do meio; marginalização das crianças com dificuldades de aprendizagem pelo sistema de ensino comum.

Dislexia: um tipo de distúrbio de leitura que colocamos como causa porque provoca uma dificuldade específica na aprendizagem da identificação dos símbolos gráficos, embora a criança apresente inteligência normal, inteligência sensorial e receba estimulação e ensino adequados.

Devido à informação dos pais, dos professores da pré-escola e à dificuldade de identificar os “sintomas” antes da entrada da criança na escola, a dislexia só vai ser diagnosticada quando a criança estiver na primeira ou segunda série do Primeiro Grau.

Nesse sentido, a dificuldade na leitura significa apenas o resultado final de uma série de desorganização que a criança já vinha apresentando no seu comportamento pré-verbal, não-verbal, e em todas aquelas funções básicas necessárias para o desenvolvimento da recepção, expressão e integração, condicionadas à função simbólica.

6. O Papel do Professor Alfabetizador

O professor, em sala de aula, cotidianamente tem a seu dispor um universo de recursos para incentivar a produção textual, desde leituras orientadas, a dramatização, a poesia, o jornal, e a tanta outras que irão despertar o interesse dos alunos. O aluno para escrever precisa ser motivado, ele tem que entender que a sua produção tem importância, não

é uma simples cópia, pois é uma expressão do seu pensamento, é preciso mostrar o valor de sua produção.

Procurar trazer para a sala de aula tudo que possa motivar a criança, despertar sua curiosidade e o desejo de ler, utilizando a decodificação possível naquele momento, como identificar a letra inicial, final ou as intermediárias para antecipar o significado da escrita de, por exemplo, painéis contextualizados, receitas, rótulos de produtos bem conhecidos, que auxiliarão na produção de textos individuais e coletivos, pois considera que é possível ler quando ainda não se sabe ler convencionalmente, e que é dessa forma que se pode aprender, tratando os alunos como leitores, desde sua entrada na escola.

Para alguns teóricos, o significado de papel é muito mais amplo. É toda a função, seguida de um conjunto mais ou menos característico de comportamento próprio para aquela função que se desempenha em um dado momento de sua vida (HANDY, 1978).

Considera-se a alfabetização uma parte constituinte da prática da leitura e da escrita, onde, na interação com os textos, a criança constrói o seu conhecimento, as hipóteses a respeito da escrita e, dessa forma, progressivamente aprende a ler e a escrever, compreendendo as relações que existem entre fonemas e grafemas, codificando e decodificando, pois a alfabetização acontece como resultado da reflexão sobre as características e regularidades da escrita, sendo a palavra um meio para isso.

“Alfabetização é o processo pelo qual as pessoas aprendem a ler e a escrever. Entretanto, esse aprendizado vai muito além de transcrever a linguagem oral para a linguagem escrita. Alfabetizar-se é muito mais do que reconhecer as letras e saber decifrar palavras. Aprender a ler e a escrever é apropriar-se do código lingüístico-gráfico e tornar-se, de fato, um usuário da leitura e da escrita.” (CAGLIARI, 1989).

O papel docente de desafiar deve ser insistentemente aperfeiçoado. Precisamos construir nossa forma própria de “desequilibrar” as redes neurais dos alunos. Essa função nos coloca diante de um novo desafio com relação ao planejamento de nossas aulas: buscar diferentes formas de provocar instabilidade cognitiva. Logo, planejar uma aula significativa, que significa, em primeira análise, buscar formas criativas e estimuladoras de desafiar as estruturas conceituais dos alunos. Essa necessidade nos poupa da tradicional busca de maneiras diferentes de “apresentar a matéria” na escola, informações são passadas sem que os alunos tenham necessidade delas, logo, nossa função principal como professores é gerar questionamentos, dúvidas, criar necessidade e não apresentar respostas.

O construtivismo coloca em evidência as hipóteses que as crianças formulam, testam, reorganizam, assimilam, acomodam e formam novas hipóteses até adquirirem a forma convencional da língua escrita. Há uma leitura seqüencial com conteúdo significativo, de modo que a criança vê a

escrita como um objeto social. A proposta construtivista busca uma alfabetização com compreensão, construída pouco a pouco, respeitando a compreensão dos meios que a criança utiliza para representar a construção do seu conhecimento sobre a língua escrita. Deixa o aluno livre para criar suas próprias hipóteses, valorizando-o como construtor do seu conhecimento e sujeito de sua aprendizagem. Para tanto, o planejamento deve ser elaborado em função de uma classe real, necessitando de retomadas e reorganizações, não podendo ser reutilizado na íntegra, de um ano para outro e de uma classe para outra, pois estas devem ser heterogêneas, sendo benéfico para os alunos interagirem com colegas de diferentes níveis de conhecimento, o que favorece o trabalho do professor, uma vez que, quando os alunos aprendem uns com os outros, o educador tem maior liberação para atender os educandos mais necessitados de sua intervenção pedagógica.

O aluno é como se fosse um solo fértil, onde o professor semeia suas melhores sementes para que se produzam belos frutos. A relação professor/aluno deve ser cultivada a cada dia, pois um depende do outro e assim os dois crescem e caminham juntos. É nessa relação madura que o professor deve ensinar que a aprendizagem não ocorre somente em sala de aula. Se estivermos atentos aprendemos a todo momento e não só na escola com o professor. Assim, o aluno irá desenvolver um espírito pesquisador e interessado pelas coisas que existem; ele desenvolverá uma necessidade por aprender, tornando-se um ser questionador e crítico da realidade que o circunda.

7. Práticas de leituras

Despertar o prazer da leitura é uma árdua tarefa, pois tradicionalmente o ensino de português está centrado em conteúdos gramaticais. É verdade que, recentemente é possível notar um empenho em se desenvolver atividades relacionadas mais com a leitura e com a produção textual, mas ainda deparamos com as velhas explicações: “os alunos não gostam de escrever”, o tempo destinado para aprender o texto argumentativo, na escola, é pouco.”

Podemos perceber que o trabalho com a leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores, pois a possibilidade de produzir textos eficazes tem sua origem na prática de leitura, espaço de construção da intertextualidade e fonte de referências modalizadoras. A leitura, por um lado, nos fornece matéria prima para a escrita: o que escrever. Por outro lado, contribui para a constituição de modelos: como escrever.

Ler em voz alta, ler em silêncio, ser capaz de carregar na mente bibliotecas íntimas de palavras lembradas são aptidões espantosas que adquirimos por meios incertos. Todavia, antes que essas aptidões possam ser adquiridas, o leitor precisa aprender a capacidade básica de reconhecer os signos comuns pelos quais uma sociedade escolheu

comunicar-se: em outras palavras, o leitor precisa aprender a ler. Em quase todos os países o número de crianças que leem é duas vezes maior que o de adultos. As tecnologias do mundo moderno fizeram com que as pessoas deixassem a leitura dos livros de lado, isso resultou em jovens cada vez mais desinteressados pelos livros, possuindo vocabulários cada vez mais pobres.

A leitura é algo importante para a aprendizagem do ser humano, pois é através dela que podemos enriquecer nosso vocabulário, obter conhecimento, dinamizar o raciocínio e a interpretação. Muitas pessoas dizem não ter paciência para ler um livro, no entanto isso acontece por falta de hábito, pois se a leitura fosse um hábito rotineiro as pessoas saberiam apreciar uma boa obra literária. Muitas coisas que aprendemos na escola são esquecidas com o tempo, pois não as praticamos, através da leitura rotineira tais conhecimentos se fixariam de forma a não serem esquecidos posteriormente. Dúvidas que temos ao escrever poderiam ser sanadas pelo hábito de ler, talvez nem as tivéssemos, pois a leitura torna nosso conhecimento mais amplo e diversificado e a partir dela, descobrimos um mundo novo cheio de coisas desconhecidas.

Nesse processamento do texto, tornam-se imprescindíveis também alguns conhecimentos prévios do leitor: os lingüísticos, que correspondem ao vocabulário e as regras da língua e seu uso; os textuais, que englobam o conjunto de noções e conceitos sobre o texto; e os de mundo, que correspondem ao acervo pessoal do leitor. Numa leitura satisfatória, ou seja, na qual a compreensão do que se lê é alcançada, esses diversos tipos de conhecimento estão em interação. Logo percebemos que a leitura é um processo interativo. Segundo Antunes (2003):

“A atividade da leitura favorece, num primeiro plano, a *ampliação dos repertórios de informação* do leitor. Na verdade, por ela, o leitor pode incorporar novas idéias, novos conceitos, novos dados, novas e diferentes informações acerca das coisas, das pessoas, dos acontecimentos, do mundo em geral.” (ANTUNES, 2003, p 70).

A leitura, enfim, pressupõe uma série de procedimentos complexos, nem sempre bem conhecidos, nos quais o leitor faz constantes interpretações e reinterpretações, até chegar a compreensão do texto.

Por outro lado, não podemos imaginar que o significado do texto esteja integralmente a cargo do leitor e que ele pode atribuir o que foi lido qualquer significado. Não podemos deixar de considerar a leitura como uma parceria mais, ou menos, ajustada, mas

parceira. Se não fosse assim, teríamos não uma interação, uma interlocução, mas um monólogo.

Formar um leitor competente supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos.

Um leitor competente só pode constituir-se mediante uma prática de leitura de textos de fato, a partir de um trabalho que deve se organizar em torno da diversidade de textos que circulam socialmente. Esse trabalho pode envolver todos os alunos, inclusive aqueles que ainda não sabe ler convencionalmente.

8. Reflexões sobre as dificuldades na produção de textos

O hábito de ler deve ser estimulado na infância, para que o indivíduo aprenda desde pequeno que ler é algo importante e prazeroso, assim com certeza ele será um adulto culto, dinâmico e perspicaz. Saber ler e compreender o que os outros dizem nos diferem dos animais irracionais, pois comer, beber e dormir até eles sabem, é a leitura que proporciona a capacidade de interpretação. Toda escola, particular ou pública, deve fornecer uma educação de qualidade incentivando a leitura, pois dessa forma a população se torna mais informada e crítica.

É importante, no entanto, verificar que tais dificuldades dos alunos para escrever tem sua razão de ser, devido ao pouco contato que eles mantêm com textos escritos, pois, as aulas de português são realizadas sob a forma de exposições orais, e os textos dados para leitura são produzidos oralmente através do professor, afim de que eles entendam melhor. Resultando no retardamento do trabalho de interpretação, no entanto, a aprendizagem das irregularidades próprias da escrita acontece é no contato com textos escritos, assim como a aprendizagem da fala aconteceu com a exposição do aprendiz a experiências de oralidade. Afirma Antunes:

“Tem uma pedra no meio do caminho da aula de português... porque no ensino de língua portuguesa ainda persistem práticas inadequadas e irrelevantes, não condizentes com os objetivos mais amplos que se pode pretender para o seu ensino”. (ANTUNES, 2003).

A partir daí, podemos começar a refletir sobre o relacionamento leitor-texto. Já

dissemos que ler é, acima de tudo, compreender. Para que isso aconteça, além dos já referidos processamento cognitivo da leitura e conhecimentos prévios necessários a ela, é preciso que o leitor esteja comprometido com sua leitura. Ele precisa manter um posicionamento crítico sobre o que lê, não apenas passivo. Quando atende a essa necessidade, o leitor se projeta no texto, levando para dentro dele toda sua vivência pessoal, com suas emoções, expectativas, seus preconceitos etc. É por isso que consegue ser tocado pela leitura.

O que podemos perceber é a falta de compromisso da escola com a leitura, e incentivo, trabalhar com leitura não só para decodificações da escrita, ou uma atividade puramente escolar, sem gosto, sem prazer, convertida apenas para momentos de treino, de avaliação, uma leitura que se reduz a momentos de exercício. Uma atividade incapaz de criar no aluno a compreensão de mundo, onde muitas vezes, o que se lê na escola não coincide com o que se precisa ler fora dela. Enfim, uma escola “sem tempo para a leitura”, preocupada somente com as regras da gramática normativa esquecendo que a leitura segue em conjunto com gramática e é um pré-requisito para a produção textual, o que afirma Antunes nessa citação:

“A atividade da leitura completa a atividade da produção escrita. É, por isso, *uma atividade de interação* entre sujeitos e supõe muito mais que a simples decodificação dos sinais gráficos. O leitor, como um dos sujeitos da interação, atua participativamente, buscando recuperar, buscando interpretar e compreender o conteúdo e as intenções pretendidos pelo autor.” (ANTUNES, 2003, p.67).

A dificuldade encontrada pelos alunos ao reproduzirem um texto conduz a estudos constantes acerca dos processos de coesão e coerência na linguagem das redações da maioria dos estudantes. Esta problemática pode ser explicada pelas profundas modificações das práticas de linguagem e das relações que os indivíduos mantêm com elas, os métodos de ensino tradicional encontram-se defasados em relação ao desenvolvimento das ciências da linguagem e da ciência da educação, acarretando um momento de crise na educação que precisa ser superado. Dessa forma a linguagem e a produção textual adquirem outra concepção, uma formação dialógica na qual são levados em consideração todos os constituintes do processo comunicativo, para efetivação de uma produção textual abrangente e formadora de produtores, as ações desenvolvidas na prática do ensino e da produção textual devem ser realizadas dentro do processo dialógico de construção do conhecimento.

Na prática escolarizada o aluno elabora um texto simplesmente para obter uma nota, preocupa-se apenas em levar uma informação acerca de determinado tema ao professor, é por essa razão que o professor deve usar a criatividade em suas aulas de produção textual.

Para produzir um texto exige em primeiro lugar, conhecimento do assunto e em segundo o domínio dos recursos técnicos e estes sozinhos não desenvolverão o problema da escrita, apenas fornecerá o instrumental necessário para uma melhor estruturação das idéias. O fundamental no ensino de língua portuguesa é que as práticas de escrita que são realizadas fora da escola freqüentam a sala de aula, de modo a possibilitar ao aluno o aprendizado de todos os conhecimentos com os quais se opera nas situações de produção textual, produzir um texto é expressar conhecimentos sobre algo que se conhece, uma das razões que pode justificar as dificuldades de produção textual que os alunos sentem é a falta de domínio de um gênero textual e de seu contexto de circulação por não terem tido com ele ou mesmo por desconhecê-lo. É preciso considerar que os mesmos podem não aprender todos os gêneros textuais que circulam nos diferentes grupos sociais que freqüentam, pois, infelizmente eles não freqüentam todos os grupos sociais. Segundo Bakhtin:

“Muitos dominam a língua, mas não conseguem se comunicar através da escrita, isso não quer dizer que se trata de um problema de vocabulário, mais sim de uma inabilidade mundana.”
(BAKHTIN, 2006, p.30)

É importante que se haja um conhecimento prévio do que se vai ler ou produzir, uma interpretação depende de outros conhecimentos além do conhecimento da língua. A escola não pode deixar de reconhecer a importância desses fatores e, por isso, pode ficar presa aos conhecimentos especificamente lingüísticos. E a falta de informação, de não ter o que dizer, não são problemas resolvidos com regras gramaticais, para escrever bem, é preciso antes de tudo, ter o que dizer, conhecer o objeto sobre o qual vai ser trabalhado.

9. O Letramento e as Questões Sociais

O letramento e a alfabetização estão interligados. Já sabemos que o sujeito alfabetizado é capaz de interpretar, compreender, resignar e produzir conhecimento, portanto analisaremos o conceito letramento, dentro do contexto social. Segundo Paulo Freire, a atividade de leitura/escrita deve ter como base a leitura do mundo feita pelo educando e não apenas a transmissão de conhecimentos. Por isso, é necessário que esta atividade de leitura e escrita seja dinâmica e realizada com a integração do sujeito no seu mundo social. Ele atribuía a alfabetização à capacidade de levar o analfabeto a organizar reflexivamente seu pensamento, desenvolver a consciência crítica, introduzi-lo num processo real de democratização da cultura e de libertação. (Freire, 2000).

Segundo o conceito citado pro Freire, letramento não definiu-se só pela exigência de saber ler e escrever, mas a interação dentro do ambiente social.

Dentro do conceito de letramento o indivíduo pode ser analfabeto, não saber codificar as letras, mas saber expressar-se melhor do que um alfabetizado, assim como podemos citar também, uma criança que ainda não aprendeu a ler nem escrever, mas rabisca livros e nomeia os seus rabiscos como se fossem letras, ou até mesmo aquelas que são capazes de criar histórias, através de imagens como se estivessem lendo, essas crianças que ainda não aprenderam a ler e escrever já são consideradas letradas.

O letramento é o que as pessoas fazem com suas habilidades para leitura e escrita no contexto social em que atuam, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais. Acredito que o letramento é uma forma de socialização no meio em que vivem.

A autora Magda Soares explica que o aparecimento do termo «letramento» está associado ao fenômeno da superação do analfabetismo em uma sociedade que vem, progressivamente, valorizando a escrita: À medida que o analfabetismo vai sendo superado, que um número cada vez maior de pessoas aprendem a ler e a escrever, e à medida que, concomitantemente, a sociedade vai se tornando cada vez mais centrada na escrita (cada vez mais grafocêntrica), um novo fenômeno se evidencia: não basta apenas aprender a ler e a escrever. As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e da escrita, não necessariamente adquirem competência para usar as mesmas, para envolver-se com as práticas sociais de escrita (...). Esse novo fenômeno só ganha visibilidade depois que é minimamente resolvido o problema do analfabetismo e que o desenvolvimento social, cultural, econômico e político traz novas, intensas e variadas práticas de leitura e de escrita, fazendo emergirem novas necessidades além de novas alternativas de lazer”. (Soares, 2003, pp.45/46).

Segundo Soares (2006, p.23), letramento não é necessariamente o resultado de ensinar a ler e a escrever. É o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.

Por fim através das citações acima podemos perceber que letramento é o resultado do aperfeiçoamento dos estudos de alfabetização, língua e linguagem, e que está totalmente relacionado às questões sociais que envolvem o indivíduo e que através desse conceito os educadores qualificados, poderão identificar e diferenciar o indivíduo alfabetizado do letrado, podendo assim trabalhar o aprendizado de forma específica, contribuindo cada vez mais para a diminuição dos índices de analfabetismo funcional em nosso país.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do analfabetismo no Brasil é marcada pelo descaso por parte de muitos governos. Ainda hoje possuímos um número de analfabetos, nas pessoas de 15 anos ou mais, que é da ordem de 16.295.000 de brasileiros. Se os números percentuais nos mostram que houve um sensível decréscimo no decorrer do século XX, os números absolutos nos atestam como a quantidade de pessoas analfabetas aumentou no Brasil nesse mesmo período.

Se formos além de um olhar estatístico, não considerando como alfabetizadas as pessoas apenas capazes de lerem e escreverem um bilhete simples, conforme critério utilizado pelo IBGE quando da realização do censo, mas levando em conta as questões de letramento discutidas ao longo desse trabalho, o número de pessoas analfabetas aumentaria sensivelmente, de acordo com pesquisa realizada em 2001 pelo Instituto Paulo Montenegro, utilizando uma amostra com duas mil pessoas de 15 a 64 anos, sobre o Índice de Analfabetismo Funcional – INAF.

Nosso texto “O Letramento e as questões sociais” buscou mostrar que a alfabetização está totalmente ligada a introdução do indivíduo dentro do contexto social, buscando centrar-se na importância e na necessidade de não só aprender a ler e a escrever no sentido dos códigos, mas sim na construção do ser capaz de desenvolver o seu senso crítico e democrático.

Muitas foram as dificuldades apresentadas em relação ao processo de alfabetização, tais como, dificuldades de aprendizagem, falta de adequação do professor alfabetizador, deficiências orgânicas e psicológicas e sócio-culturais dos alunos, etc. Enfim, fatores que só contribuem para a não redução do analfabetismo funcional e na evolução da cidadania e valorização social.

Apesar das dificuldades, podemos observar que se houver um trabalho organizado e vinculado entre as várias instituições sociais como: escola, (pública ou privada), família e sociedade em geral podem reduzir estas estatísticas atuais, cada um com o seu papel ajudarão a formar cidadãos conscientes, capazes de refletir, discutir, produzir a cerca da sociedade em que vive.

Daniele Ezequiel **SANTOS**, dane.flor@hotmail.com; Karla Patrícia Santos **MARTINS**,
karla.martins11@hotmail.com; Marília Silva **LOPES**, marilialopes.eventos@hotmail.com

11. REFERÊNCIAS

TEBEROSKY, Ana. **Além da Alfabetização- a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática.** São Paulo: Ática, 1997.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística.** São Paulo: Scipione, 1990.

ARAÚJO, Maria José de Azevedo. **Escrita, alfabetização e letramento.** Aracaju: Gutemberg, 2010.

HANDY, C. B. *Como compreender as organizações.* Tradução Helena Maria Camacho Martins Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BACK, Eurico. **O fracasso do ensino de português: proposta de solução.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1987.

GREGOIRE, Jacques. **Avaliação dos problemas de leitura.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

JOLIBERT, Josette. **Além dos muros da escola: a escrita como ponte entre alunos e comunidade.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

MARTINS, M. H. **O que é leitura.** 19. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENCINI, R. **Todas as leituras.** Nova Escola. Leitura, São Paulo, n.194, Ago. 2006.

ANTUNES, Celso. *Relações interpessoais e auto-estima: a sala de aula como um espaço de crescimento integral*, fascículo 16/ Celso Antunes. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

[http:// www.google.com](http://www.google.com)

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 46. ed. São Paulo: Cortez, 2005.